

# "Jean Piaget pode coexistir



*Coincidindo com o arranque do ano lectivo na Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, o seu administrador-geral faz, ao A Semana, um balanço da presença no arquipélago desta instituição, que acolhe actualmente mais de dois mil alunos. A palavra de ordem na Piaget é "expansão", tendo em conta "os resultados positivos", diz Marco Lamas. Para os próximos cinco anos a Piaget reserva mais investimentos cerca de 500 mil contos, vai alargar o campus e criar mais de uma dezena de cursos. A propina, entre os 15 mil e os 19 mil escudos, não vai ser alterada, apesar da concorrência da Universidade Pública de Cabo Verde, que dá agora os seus primeiros passos. "Vamos competir nalgumas áreas, mas vamos ser complementares noutras. Podemos coexistir", garante Marco Lamas.*

asemana Sexta-feira, 08 de Dezembro de 2006

Actualidade



**SUPERCOMPRA**  
 .....  
 Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes, Lda. Sempre Consigo

Rua Angola nº 23 - S. Vicente  
 Telef. 232 31 57 - Fax. 232 31 54  
 Móvel. 907 98 51



por: Rita Vaz da Silva

# com universidade pública"

**-Agora que Cabo Verde já tem uma Universidade Pública, não teme que a Universidade Jean Piaget (UJP) perca o seu poder atractivo, considerando, por exemplo, que a propina que praticam é mais elevada do que a da Uni-CV?**

- É com agrado que vemos o aparecimento da Universidade Pública. Era necessária também, mas estamos a falar de organizações diferentes. É evidente que vai haver competição porque vamos ter cursos similares, mas também vamos ser complementares noutras áreas. Pretendemos trabalhar com a Uni-cv.

**- Trabalhar em que aspecto?**

- Já começámos a falar sobre isso. Há áreas em que vamos ser complementares, em que a UJP é mais forte, e outras em que a Uni-CV vai ser mais forte. Temos que unir estas forças e penso que é importante e fundamental que as duas instituições trabalhem em conjunto, com o mesmo objectivo: contribuir para o desenvolvimento de Cabo Verde.

Neste momento, só lhe posso responder em relação às áreas fortes da UJP, que são as tecnologias da informação e comunicação, os cursos ligados à área da informática, as ciências da Educação, que têm tido excelentes alunos e onde contamos com dois programas de doutoramento. Temos ainda o ensino à distância, que é um projecto que arrancou em Cabo Verde e foi, entretanto, transportado para Portugal e Moçambique.

**- Vão manter o preço da propina?**

- Não podemos baixar o preço da propina, porque não teremos como suportar os custos da Universidade. Temos, sim, que nos diferenciar, fazendo o que sempre fizemos, apostando na qualidade, inovação e empreendedorismo. Trata-se de qualidade no ensino, na investigação, na ligação com o meio envolvente, na prestação de serviços à comunidade; de inovação nos processos e nos procedimentos, principalmente ao nível administrativo. Queremos também investir no empreendedorismo investindo nos nossos alunos, nos nossos docentes e na comunidade em geral.

Sempre que for possível teremos também uma acção marcadamente social. Só para mencionar um exemplo, lançamos este ano uma parceria com a Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde para um programa de bolsas. Neste ano lectivo temos já 17 alunos bolseiros, com suporte financeiro da universidade e das autarquias. Esperamos que seja um projecto retro-alimentado, de forma a permitir que hoje sejam 17 e que daqui a cinco anos sejam muitos mais estudantes. E temos outras parcerias em vista para breve, num acordo tripartido, que envolve a ANMCV e escolas secundárias.

**- Haverá mercado de trabalho e jovens suficientes para absorver a oferta de cursos que estará disponível com a abertura da Uni-CV?**

- Vamos ter mercado. Os dados existentes, do Ministério da Educação e Ensino Superior, dizem que o acesso ao ensino superior vai aumentar até 2020. Existem várias instituições de ensino internacionais a solicitarem autorização para funcionar em Cabo Verde. A UJP e a Uni-CV vão poder coexistir certamente. Hoje em dia, a percentagem de alunos em Cabo Verde com licenciatura é muito reduzida e vamos ter que colmatar isto. Este é um país com características muito específicas - são dez ilhas, com poucos recursos naturais - e se, por todo o mundo, a tendência é para se apostar no capital humano, nos recursos humanos, isso aplica-se mais ainda a Cabo Verde. O principal factor de desenvolvimento numa sociedade de conhecimento é o capital humano.

**- A UJP pretende, então, continuar a expandir-se?**

- Obalço é muito positivo. Contamos com uma comunidade universitária de cerca de dois mil alunos, com 1500 em cursos de graduação e cerca de 50 alunos em programas de pós-graduação, mestrados e doutoramentos. Temos um campus universitário com cerca de 11 hectares. Dois edifícios completamente disponíveis para os nossos alunos, uma zona residencial com 15 residências, um departamento de projectos de obras que nos garante um gerador eléctrico, um sistema de energia, uma oficina. Estamos a falar de uma cidade dentro da própria universidade, onde os nossos alunos podem sentir realmente o espírito académico. Encontram aqui um lugar onde podem estudar, trabalhar, que podem usufruir das 8 da manhã às 8 da noite.

Temos também auditórios, que cada vez mais estão abertos a eventos organizados pelos alunos, mas também pela comunidade em geral. Contamos com vários laboratórios - biologia,

química, física, dois de informática, arquitectura, tecnologias educativas, laboratório de imprensa. E em Janeiro vamos inaugurar um laboratório de televisão e um de rádio.

O projecto da UJP vai ainda a meio, temos um plano para dez anos e só cá estamos há cinco. Neste período investimos um milhão e meio de contos e nos próximos anos deveremos investir mais 500 mil contos, que serão canalizados para a construção de um terceiro edifício e, numa última prioridade para a construção de uma zona desportiva, com Estádio e pista de tartan.

Queremos também que esta universidade tenha um cariz regional, com isto quero dizer internacional. Queremos que tenha algum tipo de presença na região onde se insere, nomeadamente em São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau, mas também em todo o lado, no mundo, onde esteja a diáspora cabo-verdiana.

**- Uma ideia que se tem é que a universidade é gerida por um clã. É, de facto, assim?**

- Não conheço essa ideia. O administrador-geral é um órgão



**Apesar de haver comentários sobre o risco de apostarmos em alunos para a docência, nós sempre responderemos que eles são os melhores porque são formados por nós.**

individual que trabalha directamente com vários directores de serviço. Estamos a falar de uma equipa diversificada, que inclui essencialmente cabo-verdianos, moçambicanos e portugueses. Não sei onde pode parecer qualquer tipo de clã.

**- Em relação ao corpo docente, parece haver alguma polémica relativamente ao grau dos docentes que leccionam na vossa instituição. A ideia que se tem é que há muitos licenciados e poucos mestres ou doutorados.**

- Temos cerca de 70 por cento de docentes afectos ao quadro. Desses 70, dez por cento têm doutoramento e cerca de 30 mestrado. O número de licenciados é semelhante ao número de mestres e vai ser cada vez menor.

Os docentes que vêm de outras escolas do Instituto Jean Piaget, preferencialmente, têm mestrado ou doutoramento. Entre os que são recrutados cá, temos licenciados, mestres e doutorados. Mas uma das nossas apostas é a formação do nosso corpo docente, com a universidade a fornecer o apoio financeiro. Assim contamos ter, em 2007, dois docentes a defender teses de doutoramento, em 2008 cerca de 13, e em 2009 mais seis.

Contamos também com o apoio das UJP em Angola, Moçambique e Portugal e com as universidades com que

temos parceria, e das quais recebemos docentes em missões de curta duração e em regime intensivo. É o caso, por exemplo, das universidades de Santiago de Compostela e de Valença (Espanha), do Minho e de Aveiro (Portugal).

**- Da parte das empresas, e até mesmo da sociedade em geral, parece haver algumas críticas em relação às competências dos vossos licenciados. Tem essa percepção?**

- Eu não tenho essa percepção. E posso-lhe responder com os dados existentes, que mostram que os nossos recém-licenciados estão actualmente enquadrados e são quadros de bancos, de seguradoras e mesmo da administração pública central e regional. Essa é a melhor resposta para a qualidade e competência que adquiriram nos cursos que tiraram aqui.

Já temos alguns deles a frequentar programas de pós-graduação e outros a solicitá-los. A própria universidade é a primeira a apostar nesses jovens. Muitos colaboram conosco não só na docência mas também na componente técnica, já que apostamos neles enquanto eles eram ainda alunos. Começaram como monitores, leccionavam aulas práticas de alguns cursos de graduação e neste momento já temos sete licenciados a colaborar com a UJP. Os nossos alunos são o futuro desta universidade. São quem nos acompanha desde o início. Apesar de haver comentários sobre o risco de apostarmos em alunos para a docência, nós sempre responderemos que eles são os melhores porque são formados por nós. Cada vez mais, temos docentes formados em Cabo Verde para Cabo Verde.

**- Tem dados relativos à nota média dos alunos formados pela UJP?**

- Nesta altura não lhe sei dizer qual é a nota média dos alunos que saem. Não é uma memória real, mas os alunos em que apostamos defenderam as suas memórias com uma média de 17 e 18, o que atesta a sua qualidade e a aposta de os integrarmos como assistentes estagiários A. Na média geral dos alunos todos dos institutos Piaget, as notas não são tão elevadas, mas são bastante satisfatórias.

**- Para criarem um curso, levam em conta que factores?**

- Fizemos um levantamento das necessidades de formação, junto das forças vivas de Cabo Verde, nomeadamente do Governo. Os nossos primeiros cursos iniciaram-se em 2001 e na altura havia a preocupação do Governo para que houvesse, essencialmente, complementos de licenciatura. Cabo Verde já tinha uma oferta de alguns quadros com bacharelato e o que nos foi pedido foi que fizéssemos os nossos cursos de duas formas: bacharelatos e complementos de licenciatura.

Os cursos são criados em concertação com os nossos parceiros: o Governo, a administração pública, considerando as autarquias que são um motor de desenvolvimento regional, e o tecido empresarial, que nos transmite quais as reais necessidades do país.

Actualmente, temos 23 cursos homologados pelo MEES e 14 cursos activos de graduação que cobrem todas as áreas científicas.

**- Um dos cursos que gostariam de criar era o de Medicina. Recentemente o Reitor da Uni-cv, António Correia e Silva, deixou no ar a hipótese de esse curso vir a ser criado na universidade pública. Haverá espaço para dois cursos de medicina?**

- Não sei se será o mais aconselhável para Cabo Verde. O curso de Medicina foi proposto a Cabo Verde há dois anos e está, neste momento, no MEES para homologação. Mas por várias razões, que decorreram do diálogo com as instituições, não chegou a avançar. Mas ainda temos a perspectiva de o podermos abrir.

Um dos problemas que se levantou foi a inexistência de um hospital central. Isso foi resolvido ao decidirmos avançar para Angola. Os nossos alunos estão actualmente a estagiar em Portugal, em hospitais portugueses. E isso foi conseguido através da celebração de um protocolo entre o Instituto Piaget e o governo de Portugal. Além disso, estamos a construir um hospital universitário em Angola.

Vamos ver como podemos retomar o processo do curso de Medicina. Entretanto, vamos ter seis novos cursos homologados até ao final do ano. Um deles é o curso de Direito.

A Sterling Merchant entrou em força na TACV. Mal tomou posse na terça-feira, 5, como director-geral da transportadora aérea nacional, Gilles Filiatreault tratou de se reunir no mesmo dia com todos os responsáveis dos principais departamentos da companhia, numa maratona non-stop que começou poucas horas depois de ter sido investido no cargo. É, pelos vistos, a este ritmo acelerado que a TACV vai trabalhar nos próximos doze meses, tempo que a Sterling Merchant tem para reestruturar a empresa, antes da privatização prevista para 2007.



## Sterling já impõe ritmo na TACV

O novo director-geral da TACV já começa a impor o ritmo na empresa cabo-verdiana de transportes aéreos. No mesmo dia em que foi apresentado oficialmente como o novo homem-forte da companhia (terça-feira, 5), o canadiano Gilles Filiatreault iniciou quase de imediato uma ronda pelos diversos departamentos que compõem a empresa, tendo-se inclusive reunido durante horas com responsáveis dos sectores nevrálgicos da transportadora aérea nacional.

As reuniões com os directores de serviço prosseguem a ritmo non-stop, o que, se calhar, espelha o estilo de trabalho que Filiatreault querará imprimir na TACV. Até porque, o novo "boss" da transportadora aérea nacional tem apenas doze meses para reestruturar toda a empresa, tornando-a apta a ser privatizada antes do fim de 2007, conforme as metas estabelecidas pelo Banco Mundial, que financia com 950 mil dólares a reforma da TACV, através do programa de Crescimento e Competitividade.

E, neste período de arranque, a Sterling Merchant vai fazer o diagnóstico da

situação económico-financeira da TACV, aprofundar os dados que, provavelmente, já tem e, só a partir daí, segundo o próprio Gilles Filiatreault, traçará o seu plano de actuação, com base nos Indicadores de Performance (documento que define as metas a atingir) estabelecidos pelo governo para a companhia.

Para já, um dos primeiros objectivos da empresa americana, contido nos Indicadores de Performance, é identificar as principais fontes de recursos da TACV. A seguir deverá avaliar a situação financeira da companhia, que, recorde-se, fechou o ano 2005 no vermelho com um rombo de mais de 600 mil contos. Feita esta parte, a Sterling deverá dar início à "reestruturação organizacional imediata" da transportadora aérea nacional, ao mesmo tempo que analisa a performance de cada departamento em relação aos standards industriais.

Cabe ainda à Sterling desenvolver um plano de Marketing que faça crescer as receitas da empresa, criar programas de treino para cada departamento, identificar e procurar potenciais parceiros comerciais

da TACV e, por fim, elaborar um plano detalhado para a privatização da companhia que seja adaptável a qualquer novo investidor.

É tudo isso que o novo director-geral da TACV terá de cumprir num prazo de um ano. E, a acreditar no ministro das Infraestruturas e Transportes, Manuel Inocêncio Sousa, a nova administração da companhia aérea cabo-verdiana tem capacidade "internacionalmente reconhecida" para reestruturar a TACV no tempo estipulado. Entretanto, prevêem-se alguns percalços no caminho, sobretudo no que diz respeito aos conflitos laborais pendentes na empresa e que esperam uma resolução. É o caso dos aumentos salariais reivindicados pelos trabalhadores, com retroactivos a Janeiro deste ano, e a aplicação do novo sistema de gestão do pessoal, etc..

### O NOVO "BOSS"

O novo director-geral da TACV nasceu no Canadá onde se licenciou em Relações Industriais e fez mestrado em Gestão. Aos 59 anos de idade, Gilles Filiatreault

é detentor de uma larga experiência no ramo da aviação civil, em particular na reestruturação de empresas, fruto de 38 anos de serviço neste sector.

E, nos últimos 20 anos, Filiatreault ocupou sempre cargos de chefia nas diversas companhias por onde passou. Foi director-geral de empresas como a Air Canadá, a Air Alliance, o QuébecAir e o Pacific International Airlines, do Panamá. Também dirigiu a BWIA, principal companhia aérea de Trinidad e Tobago, a Caribbean Star Airlines e a LIAT, de Antígua. Com ele na LIAT, a empresa criou uma segunda companhia, a Caribbean Sun Airlines, que opera neste momento para vários destinos, inclusive EUA, com 10 aviões.

Enquanto consultor, trabalhou para a CSAE International, empresa sediada em Toronto e que prestava serviços para companhias como a Gabon Air Service e a Magenta Air, do Peru. Nestas duas empresas a sua missão foi reestruturá-las de modo a deixarem de ser uma companhia charter para se tornarem numa operadora privada internacional "full schedule".

Herminio Silves



## BANCO DE CABO VERDE

(www.bcv.cv)

TAXAS DE JURO		
Data	Tipo	Taxa (%)
Oficiais		
31-05-1999	Redesconto	8.5
26-02-2005	Cedência de Liquidez	7.5
05-09-2003	Absorção de Liquidez	1.0
05-12-2006	Mercado Monetário Interbancário 1)	6.00
27-11-2006	Taxa Base Anual 2)	3.07
Títulos da Dívida Pública		
27-11-2006	Bilhetes de Tesouro - 91 dias	3.03
13-11-2006	Obrigações de Tesouro - 5 anos	5.12

TAXAS DE CÂMBIO DO DIA 06-12-2006				
País	Moeda	Unid.	Compra	Venda
CANADA	CAD	1	72,453	72,594
SUICA	CHF	100	6.935,066	6.947,842
DINAMARCA	DKK	100	1.477,551	1.480,240
EUROPA	EUR	1	110,265	110,265
INGLATERRA	GBP	1	163,374	163,677
JAPAO	JPY	100	72,128	72,255
NORUEGA	NOK	100	1.354,928	1.357,618
SUECIA	SEK	100	1.217,037	1.219,894
ESTADOS UNIDOS AMERICA	USD	1	82,612	82,814
SENEGAL	XOF	100	16,810	16,810
AFRICA DO SUL	ZAR	1	11,485	11,678

1. A taxa do Mercado Monetário Interbancário (MMI) é uma taxa média ponderada de oferta de fundos entre as instituições participantes no MMI.

2. A Taxa Base Anual (TBA) é uma taxa indexante para aplicações sem risco, criada para servir de referência à procura e oferta de fundos. É uma taxa anual nominal, convertível semestralmente, equivalente à taxa anual média efectiva das 20 últimas colocações de Bilhetes do Tesouro (BT's), de qualquer prazo, ponderadas pelos respectivos montantes.

O período de referência é o imediatamente a seguir a cada nova emissão.

# Comunicação Social em momento de viragem



“*Momento de Viragem*” é o lema do Fórum sobre a reestruturação e modernização do sector da comunicação social que acontece hoje e amanhã, na Assembleia Nacional. Depois de anos votada ao esquecimento pelos sucessivos Governos, a classe – operadores de câmara, jornalistas, publicitários, repórteres de imagem, directores, entre outros, – une-se em torno de um mesmo objectivo: mudar o status-quo da comunicação social cabo-verdiana, fazendo-a andar no compasso do seu tempo. Com mais formação, mais meios, mais regulação e mais ética.

Todos os órgãos de comunicação social, da imprensa escrita, digital, rádio e televisão, de todas as ilhas, vão estar presentes no Fórum, que, pela primeira vez em mais de dez anos, junta os principais intervenientes do sector. Apesar de Cabo Verde ser considerado hoje um dos países africanos com melhores indicadores no capítulo da boa governação e do processo democrático, a comunicação social nacional está ainda aquém do desenvolvimento que o país alcançou. Uma falha que os sucessivos Governos, tanto do MpD como

do PAICV, assumem e que agora José Maria Neves pretende colmatar, no decorrer do seu segundo mandato.

Fustigada por uma série de constrangimentos – falta de parcerias público-privadas, de incentivos do Governo, de apoios ao nível da cooperação, de meios técnicos, de formação, de um conceito claro de serviço público – a comunicação social cabo-verdiana procura mudar o estado das coisas, e colocar-se à altura das conquistas alcançadas pelo país, em quase todos os níveis.

Assim, os diferentes órgãos, propõem “*um programa-choque*”, que abane os poderes e os vícios instituídos. A nível legislativo, pretende-se a actualização das leis referentes à comunicação social, tendo em conta a evolução recente e mundial que o sector conheceu nos últimos anos, em particular, no que se refere às novas tecnologias. Um outro desejo da classe é que se redefina o conceito de serviço público. Exige-se também quadros mais capazes e a aplicação de uma política de formação e especialização nos mais diversos domínios, em particular para os jornalistas.

E, por fim, pretende-se criar instrumentos de regulação, que abarquem também o sector publicitário, e incluir a comunicação social nos diversos programas de cooperação e ajuda ao desenvolvimento que o país beneficia.

Os painéis do Fórum passam em revista estas preocupações, buscando uma concertação e um engajamento de todos os intervenientes na mudança do status-quo da comunicação social nacional. O papel da comunicação social no desenvolvimento da sociedade e do país é o painel que abre, hoje, o encontro, por volta das 10 horas. Daniel Medina, ex-director da Televisão de Cabo Verde, Arminda Barros, da Inforpress, e José Leite, da Rádio de Cabo Verde, falam sobre a ética no jornalismo, o serviço público e o papel da comunicação social na formação e informação dos cidadãos.

Durante a tarde, no segundo painel, é debatida a relação entre o Estado e os meios de comunicação social, nomeadamente o papel do Estado como fiscalizador e responsável pela criação das condições legais para o desenvolvimento do sector. A discussão conta com a participação do jurista Geraldo Almeida, de

Giordano Custódio, da rádio Praia FM, e de Paulo Lima, da Associação dos Jornalistas de Cabo Verde.

Já amanhã, dia 9, é o dia reservado à apresentação de um programa-choque para a Comunicação Social Cabo-verdiana. Tema do último painel que vai abordar as estratégias para este sector que é considerado chave para o desenvolvimento de qualquer país, para a consolidação da democracia num estado de direitos e deveres. Neste painel ainda será abordada a viabilidade do sector da comunicação social em Cabo Verde, tocando em pontos como o financiamento, as mudanças nos media e o contrato de concessão do serviço público. A apresentação está a cargo da directora do jornal “A Semana”, Filomena Silva, ficando a introdução ao debate por conta de Júlio Vera Cruz Martins e Carlos Santos, ambos da Rádio de Cabo Verde.

Ainda antes da cerimónia de encerramento, presidida pelo Presidente da Assembleia Nacional, Aristides Lima, são apresentadas publicamente as conclusões e recomendações do fórum.

Sexta-feira, 08 de Dezembro de 2006 **AS**

*Actualidade*

**PUB**

O álcool e a violência estão a conviver de perto com o ensino. Várias escolas secundárias do país têm registado, nos últimos tempos, casos frequentes de alunos embriagados em plena sala de aula e outros que faltam à classe “*pa kompu cabeça*” nos bares e lanchonetes que ficam nas imediações dos estabelecimentos de ensino. E quase sempre na companhia de jovens delinquentes, que não frequentam as aulas. No Liceu de São Filipe, estes casos não são nenhuma novidade, mas chegou a tal ponto que a direcção da escola decidiu convocar uma reunião com os encarregados de educação para os pôr a par do problema, antes que culpem o próprio liceu.

POR: SÍLVIA FREDERICO



# Alunos embriagados

A venda de bebidas alcoólicas em estabelecimentos perto das escolas constitui a maior dor de cabeça que muitos liceus do país vêm enfrentando nos últimos anos. O Liceu de Achada de São Filipe bate o recorde nesse tipo de práticas. Ali, não é de hoje que os professores se deparam com alunos bêbados durante as aulas. Uns chegam já cheirando a álcool, mas outros aproveitam o intervalo e as folgas, quando não faltam mesmo às aulas, para tomar a sua dose diária de pontche, grogo, cerveja, vinho barato ou outra miscelânea qualquer, os chamados molotov. As denúncias apontam para a venda ambulante de bebidas alcoólicas no espaço escolar ou nas lojas e lanchonetes dos arredores das escolas.

Mas o problema é geral, e, como consequência, tem originado comportamentos por parte dos estudantes que além de desafiarem a disciplina, a organização e prejudicar a própria aprendizagem, chegam a ameaçar mesmo a própria segurança dos colegas, professores e funcionários. Posto isto, muitos pais, e a sociedade em geral, começam a perguntar onde fica a eficácia das escolas no fazer cumprir e implementar um plano estratégico que desvie os alunos do uso do álcool, violência e porte de armas, sobretudo dentro do perímetro escolar. Há também quem se queixe ainda da falta de policiamento nas escolas, sobretudo nas que se situam em zonas consideradas de risco.

A *Semana* visitou alguns estabelecimentos de ensino secundário da capital – os liceus Pedro Gomes, Domingos Ramos e de Achada São Filipe – para tomar pulso ao ambiente que ali reina, o comportamento dos alunos inclusive.

E no terreno constatou que pessoas que não frequentam as aulas permaneciam na rua e algumas delas até conversavam amigavelmente com os estudantes. Os alunos circulavam normalmente fora do espaço escolar, o que demonstra que não há nenhum controlo de entrada e saída dos mesmos. Nenhuma das escolas obriga à apresentação de identificação escolar, excepto o Liceu Domingos Ramos.

A nossa reportagem reparou, também, que os alunos compram o seu lanche num grupo de vendedeiras que expõem os produtos num espaço improvisado para a venda. Há também lanchonetes, mas poucos são os alunos que entram para comer lá dentro. Este semanário sabe, ainda, que existem cantinas escolares mas, segundo os estudantes com quem conversamos, quase nunca os alunos fazem lá o seu lanche.

E conversa puxa conversa, um grupo de alunos da escola de Achada de São Filipe explicou-nos como fun-

ciona a venda de bebidas alcoólicas. “*Algumas mulheres que vendem lanches aqui, têm também pontches, vinho, cerveja e até grogo. Escondem-nos, mas qualquer aluno consegue comprar. Às vezes compram nas lojas aqui nos arredores*”. E dentro da escola, “*a bebida fica escondida em garrafas de água, refrigerantes ou mesmo cantis, passando de aluno para aluno. Assim, ninguém desconfia que estão a consumir bebidas alcoólicas*”. Entretanto, **A Semana** não conseguiu confirmar a venda de bebidas alcoólicas no local, embora todo este mundo estudantil fale dela com a maior naturalidade, como coisa habitual.

Segundo os nossos entrevistados, “*esses alunos alcoolizados perturbam as aulas, desafiam os professores e ameaçam-nos. Outros têm comportamentos mais descontrolados: riem demais, falam alto, mas não são agressivos*”. Tentamos falar com as direcções escolares, mas a despeito de várias tentativas não conseguimos obter

**A Polícia de Ordem Pública deteve, na semana passada, um grupo de jovens e adolescentes que andavam a importunar o funcionamento da Escola Secundária Pedro Gomes (ESPG), no bairro de Achada Santo António, cidade da Praia. O bando, supostamente sob o efeito de álcool e de drogas,**

**queria entrar, à força, no espaço escolar, para acertar contas com um dos alunos do referido liceu.**

**Conforme conta um aluno, o grupo montou tenda à frente da escola e está lá todos os dias, para importunar os alunos à hora do recreio. No dia, conta, o bando se desentendeu na rua**

**com um dos estudantes do liceu, supostamente, pertencente a um grupo rival. “Depois do intervalo, o nosso colega entrou, por isso forçaram a porta para entrar na escola. “O nosso porteiro não os deixou entrar, pelo que o ameaçaram com uma faca”.**

**A Polícia de Ordem Pública,**

## Adolescen



# os nas aulas

quaisquer informações. Já fontes da Inspeção-geral do Ensino falam em investigações “profundas” de forma a identificar o problema e tentar solucioná-lo.

## E A POLÍCIA?

Em meados de Outubro último, a Polícia Nacional arrancou com a “Escola Segura”, um programa que pretende reverter o quadro de insegurança que se instalou nas escolas, particularmente nas do ensino secundário. O programa disponibiliza um carro móvel para o patrulhamento das zonas onde há escolas. No mesmo período, a PN pôs no terreno dez agentes munidos de bicicleta, que também deviam fazer a patrulha, afastar delas os bandidos, vigiar os comportamentos menos correctos e, sobretudo, garantir a segurança dos que frequentam a escola.

Mas durante mais de vinte minutos – período do recreio

– não se vislumbrou um só polícia que fosse junto de nenhum dos estabelecimentos de ensino visitados pela nossa equipa. Somente os guardas-vigilantes permaneciam nos portões. Tentamos também falar com a Polícia de Ordem Pública mas, segundo a POP, a pessoa responsável pelo programa Escola Segura não se encontrava e até o fecho desta edição continuava ausente.

Sobre o patrulhamento em bicicletas, a nossa fonte informa que estes são agentes móveis e que, possivelmente, se encontravam noutros lugares quando chegamos às escolas. Azar nosso ou das escolas, a questão é que os alunos, professores e funcionários, que querem ver cada vez mais reforçada a sua segurança, têm de aguardar por polícias que estão em outros lugares e não onde deviam estar, nas escolas. E o papel da polícia é justamente esse: diminuir os riscos e o sentimento de insegurança a todos os cidadãos. Um papel, aliás, de toda a sociedade.

# ates presos

que foi logo avisada, segundo os estudantes, chegou momentos depois. E conseguiu prender um dos elementos, mas os outros conseguiram fugir. O detido, acrescenta, foi “colocado dentro do carro para identificar os companheiros”.

Mas o grupo continua lá, im-

perturbável e a fazer das suas. Dizem que há dias até tiros houve. Um dos porteiros confidenciou ao A Semana que a escola já não consegue controlar essa situação. “Mesmo ameaçando-os que vamos chamar a polícia, eles permanecem aqui durante o dia todo, a provocar desacatos, a ameaçar,

a bater nos alunos, a agredir tudo e todos com palavras e acções”. Durante a nossa conversa com o porteiro, um dos rapazes, que, segundo o nosso entrevistado, pertence ao grupo, tentava entrar na escola, supostamente para conversar com uma aluna.

SF

## QUE FUTURO PARA O MEU FILHO?

Arlindo Galvão é pai de quatro filhos, mas a sua preocupação centra-se no mais velho, o Leonel, de 18 anos, deficiente auditivo. Isto porque, tendo feito o ensino primário há seis anos, o Leonel viu o seu futuro limitado a isso. As portas da escola, despreparada para a realidade do deficiente auditivo, fecharam-se para ele e o ensino profissional não o tem em conta.

“Preocupo-me com o futuro do meu filho, porque enquanto posso trabalhar ele tem o seu sustento garantido. Mas e depois?” Esta é a questão colocada, em tom de desabafo, por Arlindo Galvão, que nunca cruzou os braços diante da deficiência do seu filho mais velho.

Apesar de Leonel ser surdo, e o sistema de ensino formal não ter em conta essa limitação, Galvão fez questão de colocar o filho na escola. Mas, completado o ensino básico, as portas da escola fecharam-se para o rapaz. Hoje com 18 anos, desde os 12 o Leonel está fora da escola, com tudo o que isso representa em termos de retrocesso relativamente ao que aprendeu.

Junte-se a isto o facto de, com a idade, o rapaz ter perdido direitos, tais como a cobertura que o INPS concede aos filhos dos segurados. Isto significa, entre outros constrangimentos, a suspensão da comparticipação nos custos do aparelho que o rapaz usa. “O aparelho que ele usa actualmente já está ultrapassado”, mas “não tenho recursos para assumir, sozinho, os custos” de um novo aparelho.

A situação do Leonel só não está pior porque existe a Associação de Apoio ao Desenvolvimento Integral da Criança (AADIC), que trabalha exclusivamente com os deficientes auditivos. Lá o jovem vai aprendendo linguagem gestual e está a “dar alguns passos na informática”, como diz o pai. A responsável da AADIC vai mais longe, afirmando que o rapaz “adora a informática, é curioso e vai procurando aprender mais por si mesmo”.

Ao ser-lhe negado o direito ao ensino formal, Leonel, tal como dezenas de outros deficientes auditivos, fica com o futuro e a sobrevivência comprometidos. Diante disto, o pai do rapaz, reconhecendo ser difícil a integração de meninos como ele no secundário pede que pelo menos, a nível da formação profissional, a realidade dos deficientes auditivos seja tida em conta.

Nos moldes actuais, diz Galvão, grande parte da formação profissional exige o 12º ano, “uma base que o meu filho não tem”. Assim, Leonel e tantos outros meninos e meninas como ele vão vendo que, continuamente, lhes é negado um direito inalienável de toda a criança: o direito à educação.

E os pais de Leonel, e de tantos outros meninos e meninas como ele, vêem transformado em pesadelo o sonho de um futuro melhor para os seus filhos. Uma realidade contra a qual Arlindo Galvão está a lutar. Mas nesta luta ele só conta, até agora, com o apoio da AADIC, esta, também, limitada de recursos para fazer com que os deficientes auditivos tenham os mesmos direitos que os portadores de deficiência visual ou motora.

## JÁ HÁ MANUAL ANTI-CORRUPÇÃO

Terminou ontem, quinta-feira, 07, o II Atelier Nacional contra a Corrupção que vinha decorrendo no Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas, em São Vicente. Este atelier enquadra-se no Programa Reforço do Estado de Direito, Luta contra o branqueamento de capitais e corrupção em Cabo Verde, promovido pelo Governo, em parceria com o Escritório das Nações Unidas Contra a Droga e o Crime (ONUDD).

Preparar uma proposta política de combate à corrupção e um plano nacional de acção contra a corrupção eram os propósitos deste atelier, que reuniu os grupos de trabalho nacional e técnico – previamente constituídos no I atelier realizado em Abril 2006 –, mais os especialistas internacionais em matéria de luta contra a corrupção. E para isso, os vários temas apresentados em Mindelo deram o mote: “Os pontos essenciais do combate à corrupção” (Bertrand de Speville – consultor internacional da ONUDD), “Discussão sobre o documento de estratégia” e “Instrumentos legais e mecanismos oferecidos pelas Convenções das Nações Unidas para a facilitação de extradições e de assistência mútua” (Grupo de trabalho técnico Anticorrupção - Sandra Valle, ONUDD).

Os dois dias do atelier serviram, ainda, para analisar o Plano de Acção e Estratégia de Combate à Corrupção, bem como os Instrumentos legais e mecanismos oferecidos pelas Convenções das Nações Unidas para facilitar extradições e assistência legal mútua. Um Plano de Acção-Estratégia de combate à Corrupção, bem como um manual anti-corrupção intitulado “Em direcção a uma estratégia de combate à Corrupção: instrumentos básicos contra a corrupção” são para já os primeiros resultados práticos da reunião de Mindelo.

O encerramento deste atelier, que durou dois dias, esteve a cargo do Ministro da Justiça de Cabo Verde, José Manuel Andrade, acompanhado do representante e dos peritos da ONUDD.



## CABEÇA FUNDÃO quer fim do isolamento

Os moradores da localidade de Cabeça Fundão, na ilha do Fogo, denunciam que estão isolados e abandonados à sua sorte. É que, segundo dizem, além de não terem telefone nem sinal televisivo, fazem-lhe falta a extensão do EBI à última fase e uma melhor estrada de acesso.

Esta série de reivindicações surgiu já várias vezes mas não teve o efeito esperado. Tanto mais urgentes quanto mais não seja por se tratar de um lugar situado numa zona de risco, perto do vulcão, a 33 quilómetros da cidade de São Filipe.

O povoado de Cabeça Fundão fica encravado entre Achada Furna e Chã das Caldeiras. Com aproximadamente 200 habitantes, a localidade não possui telefone, e há mais de três anos não capta os sinais da TCV. A população vem agora exigir uma melhor estrada de acesso e que seja construída uma escola onde as crianças possam concluir o ensino básico, bem como e meios para captar a televisão.

Os habitantes consideram que é injusto não disporem de tais infra-estruturas

porque a zona tem recursos naturais e potencialidades turísticas que, conforme referem, estão a ser mal geridos por parte das entidades competentes. Contam que os jovens da localidade têm de andar com o monitor aos ombros, cerca de meio quilómetro para conseguir captar o sinal da TCV, para assistirem a uma partida de futebol na televisão, por exemplo. As crianças têm, por seu turno, que percorrer cerca de quatro quilómetros diários para poderem frequentar o ensino básico.

Para ter acesso a um telefone, um residente tem de se deslocar à vizinha aldeia de Achada Furna ou à cidade de São Filipe. “Isto constitui um sacrifício demasiado grande para os moradores de Cabeça Fundão”, protesta um dos locais.

O coordenador da Cabo Verde Telecom na região Fogo e Brava avança que a política da empresa é chegar gradualmente a todos os sítios onde há população. Por isso José Andrade perspectiva que a CVTelecom possa instalar proximamente o telefone na comunidade de Cabeça Fundão. “Vai-se instalar nesta

zona de acesso condicionado, o processo ‘assinantes distantes’, que consiste num sistema de telefone via rádio, em conexão com os meios de comunicação instalados no Monte Tchota, ilha de Santiago, ou via rede ligado por postes a partir da localidade vizinha, Achada Furna”.

Junto da Delegação do Ministério da Educação em São Filipe apurámos que não funciona ainda uma escola do EBI naquele povoado porque alunos que estudam o 5º e 6º ano de escolaridade em Achada Fundão são poucos e não justificam o destacamento de um professor para localidade.

Elísio Faria, director técnico da Televisão de Cabo Verde, numa conversa que teve com **A Semana**, garante, por sua vez que na próxima visita que os técnicos da RTC fizerem à ilha do vulcão será realizado um estudo no sentido de possibilitar aos moradores de Achada Fundão aceder aos sinais de TV. Promessas que os habitantes esperam ver cumpridas, pois anseiam pelo fim de isolamento a que têm sido votados.

Nicolau Montrond Centeio

### BOA VISTA

#### Fundo das Figueiras e Cabeça dos Tarafes sem água

Uma avaria na bomba que abastece as localidades de Fundo das Figueiras e Cabeça dos Tarafes tem a população destas duas comunidades sem água há quase dois meses. A Câmara da Boa Vista tem vindo a tentar atenuar o problema com camiões auto-tanques.

Os moradores já não sabem a quem recorrer para resolver de uma vez por todas o problema da falta de água em Fundo das Figueiras e Cabeça dos Tarafes. É que a Câmara tem vindo a tentar atenuar os constrangimentos à população com o envio de camiões auto-tanque, mas a quantidade de água mal dá para as necessidades básicas. “Os auto-tanques levam água para os chafarizes. Lá, é vendida uma lata de água/pessoa por 10 escudos. Quantidade insuficiente para as necessidades diárias da população, que não tem outra alternativa”, revela a moradora de Fundo das Figueiras, Paulete Évora.

O Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos, INGRH, confirma que há mais de 40 dias uma bomba de água caiu dentro de um furo na zona norte da Boa Vista. Técnicos do instituto foram à Boa Vista e trouxeram a bomba para a capital onde deveria ser reparada. Entretanto, prossegue o engenheiro Arigo Querido, foi enviada uma segunda bomba com maior potência, mas que, cada vez que é accionada, causa a falência do furo.

“Uma bomba nova deveria sair da Praia ontem, quinta-feira, 07, para ser instalada no furo. Penso que, se tudo correr conforme as nossas previsões, hoje, sexta-feira, 08, a situação de abastecimento de água às localidades de Fundo das Figueiras e Cabeça dos Tarafes estará solucionada”, assegura Arigo Querido, técnico do INGRH.

CP

## Greve no Instituto de Meteorologia

Os trabalhadores do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica iniciam na próxima quarta-feira, 13, uma greve de 48 horas. Aumentos salariais referentes aos anos de 2004, 2005 e 2006, prémio de produtividade, evolução na carreira, subsídios de férias e retroactivos são algumas das muitas reivindicações constantes do pré-aviso de greve entregue pelo Sindicato dos Transportes, Comunicações e Administração Pública.

De acordo com José Carlos da Luz, do INMG, a greve terá início às sete horas da manhã do dia 13 e terá a duração de 48 horas. Ontem, entretanto, a Direcção Geral do Trabalho tentou uma derradeira reunião de conciliação entre as partes, mas até ao fecho desta edição não pudemos apurar se tal chegou a acontecer. “O nosso pré-aviso de greve é suportado por quatro

reivindicações. Estamos a reivindicar 1% de aumento salarial que devia ser concedido no ano de 2004 e os 3,5% referentes a 2006. Também estamos a reivindicar o prémio de produtividade, a evolução na carreira – progressões e promoções –, subsídios de férias e o pagamento dos retroactivos”.

Além dessas reivindicações, existem outras que vêm sendo feitas há muito tempo por algumas categorias profissionais, nomeadamente pelo pessoal da Rádio Sondagem, que viu o seu subsídio de turno ser suprimido. Na mesma linha, os guardas do INMG reclamam o pagamento do subsídio de turno, a atribuição de uma farda e transporte, enquanto que um grupo de trabalhadores na Praia reivindica o pagamento de horas extraordinárias.

Estas são, em síntese, as reivindicações do pessoal

do Instituto Nacional de Meteorologia e que sustentam esta greve nacional de 48 horas. Uma paralisação que pretende abranger todos os sectores do INMG. Mas antes de se chegar à decisão de partir para a greve, afirma José Carlos da Luz, os trabalhadores ainda tentaram dialogar com a empresa, sem sucesso. “Enviámos uma carta ao Conselho Geral do Serviço e a resposta não foi favorável às reivindicações dos trabalhadores. Reunimos então com o Sintcap na quinta-feira passada e decidimos enveredar pela via da greve, a nossa última alternativa”, afirma José Carlos da Luz.

Tentámos ouvir o presidente do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, José Pimenta Lima, sobre esta greve nacional, mas tal não foi possível por ele se encontrar na capital onde participa num atelier.

CP

## MPD-SÃO VICENTE

Duas candidaturas adversas movimentam-se para disputar a liderança do MpD-São Vicente, durante a assembleia concelhia que está prevista para Janeiro próximo. Um dos concorrentes é Augusto César Neves, psicólogo de profissão e que representa a linha oficial do partido saída da última convenção. A outra candidatura alternativa é encabeçada por Manuel Fernandes, um empresário que se assume frontalmente contra o que considera ser o “centralismo democrático” e um certo unanimismo que actualmente vem minando o sistema ventoinha.



## Pires inaugura Presidência Aberta

Pedro Pires inaugurou esta semana a primeira Presidência Aberta em Cabo Verde. O chefe de Estado quer, assim, percorrer o país de lés a lés, visitar as instituições do país, estar nos sectores chave da economia, da cultura, ouvir os cidadãos e tomar o pulso à sociedade. E começa pelo sector da Justiça, um dos mais criticados deste arquipélago.

O contacto directo com os principais actores judiciais terminou ontem, com uma visita do PR ao Supremo Tribunal de Justiça. O mais alto magistrado da Nação reuniu-se primeiro com o colectivo dos juizes do STJ e depois com o presidente daquele tribunal, Benfeito Mosso Ramos, com quem falou sobre os constrangimentos e as perspectivas para um melhor desempenho do sistema judicial em Cabo Verde.

Na quarta-feira, 6, o chefe de Estado esteve na Procuradoria Geral da República, conversou com Franklin Furtado e visitou os serviços do Ministério Público instalados na Praia. A Presidência Aberta de Pedro Pires – a primeira feita por um chefe de Estado em Cabo Verde – começou na segunda-feira, 4, pelo Tribunal de Contas. Aqui, além de se reunir com o presidente daquela instituição, José Carlos Delgado, o PR participou numa sessão plenária, onde ficou a saber tudo sobre o funcionamento do Tribunal de Contas, seu Plano Estratégico e ainda sobre a nova lei de organização e funcionamento desse tribunal.

No final da visita, o chefe de Estado defendeu a necessidade de se criar uma cultura de prestação de contas, para que o cidadão tenha mais confiança na forma como nos recursos públicos são geridos pelas instituições. Pedro Pires deixou claro o seu interesse para que se aprofunde e se consolide o trabalho feito pelo Tribunal de Contas, no sentido de também se estabilizar o julgamento das contas, tudo “em prol da consolidação das instituições do país e do seu bom funcionamento”.

## Candidaturas adversas em confronto

Os militantes do MpD no Mindelo deverão reunir-se em meados de Janeiro próximo, em assembleia concelhia para eleger uma nova liderança local. A reunião apenas depende, segundo o coordenador cessante, João Santos, do calendário eleitoral para as regiões políticas a ser aprovado na sessão de amanhã, 9, da Direcção Nacional.

A **Semana** está em condições de avançar que, no terreno, estão já em confronto duas candidaturas, representando sensibilidades diferentes. Uma delas é comandada por Augusto César Neves, psicólogo de profissão e membro da DN, e a outra por Manuel Fernandes, empresário e conhecido activista do MpD na ilha.

César Neves confirma, a este jornal, que a sua candidatura já está assumida, assegurando que está a trabalhar para, na altura própria, apresentá-la formalmente junto das instâncias partidárias. “Dar continuidade ao trabalho desenvolvido

pela direcção cessante e reorganizar o partido em S. Vicente para enfrentar com sucesso os próximos desafios políticos são, entre outras, as razões fundamentais da minha candidatura à liderança local do MpD”.

Neves diz encarar com normalidade a candidatura adversária, por considerar que ela é salutar em democracia. “É sempre salutar em democracia existir mais que um candidato à disputa da liderança. Isso é sempre bom para uma organização política, porque estimula e faz desenvolver o trabalho partidário”, admite aquele membro da DN do MpD.

Neves vai ter como oponente Manuel Fernandes, que já tem a sua lista para os diferentes órgãos dirigentes praticamente pronta. Fernandes, tido como próximo das sensibilidades de Agostinho Lopes e Gualberto do Rosário, diz ser o candidato que recolhe mais apoios junto das bases. E vai avisando, a sua candidatura terá como

objectivo principal provocar um debate no interior do MpD, questionando as reformas que a actual liderança vem levando a cabo. “A minha candidatura vai ser um repto contra um certo unanimismo e centralismo democrático que está a tomar conta do aparelho do MpD saído da última Convenção Nacional, realizada este ano”.

MF fundamenta que o MpD está a correr o risco de se descaracterizar perdendo os princípios fundamentais que levaram à sua fundação em 1990. Fernandes mostra o exemplo das assembleias concelhias, que antes funcionavam como uma verdadeira instância para debate e produção de orientações políticas e agora se transformaram num “espaço de mandar bocas”. É que, para este militante do maior partido da oposição, a Comissão Política ao ditar e tomar praticamente todas as decisões, incluindo as de interesse local, está a esvaziar as assembleias.

Alfírio Dias de Pina

## Caso da AM para apreciar a gestão da Câmara da Brava

# Subscritores substituem petição por pedido

O eleito ventoinha Daniel Miranda entregou, na quarta-feira, 6, um novo pedido à Mesa da Assembleia Municipal da Brava solicitando, em nome dos 347 subscritores da petição devolvida na semana passada à procedência, uma sessão extraordinária daquele órgão para debater as denúncias de irregularidades na gestão da Câmara da Brava, tornadas públicas no ano passado.

O caso da alegada corrupção na CMB conhece novos desenvolvimentos. Um outro documento entregue esta semana à Mesa da AM por Daniel Miranda, em representação dos 347 subscritores da petição devolvida na semana passada à procedência, rectifica que o pedido para se convocar uma sessão extraordinária da AM nada tem a ver com o instituto das petições consagradas na Constituição da República e nem tão-pouco com a Lei das petições, citadas na missiva

da semana passada do presidente da AM, Francisco Pinto Coelho, que indeferiu tal iniciativa por falta de enquadramento legal.

Feito este esclarecimento, o eleito ventoinha fundamenta que o pedido agora apresentado é feito com base na alínea d) do nº 2 do artigo 77º da Lei nº 134/IV/95 que aprova o estatuto dos municípios, o qual “não requer outras formalidades que não seja uma simples convocatória, cumprida a única exigência que é a da solicitação ser apresentada por um número de cidadãos inscritos nos cadernos eleitorais igual ou superior a 15 o número de deputados municipais”.

A marcação desta sessão da AM solicitada está apenas a depender da chegada à Brava do edil Camilo Gonçalves, e do presidente da Assembleia Municipal, que estava pre-

vista para acontecer ontem, quinta-feira, ou hoje 8. Os dois se encontravam, até ao fecho desta edição, em missão de serviço em Portugal e na Praia, respectivamente.

O responsável local do PAICV, Ernesto Machado, comenta que este esforço dos promotores do abaixo-assinado no sentido de reunir a Assembleia Municipal poderia ser dispensado, já que o edil Camilo Silva e o presidente da AM aceitaram o apelo da direcção local do seu partido no sentido de convocarem uma sessão extraordinária daquele órgão para debater as suspeitas de corrupção (ver edição nº 760, págs. 2 e 3 deste jornal) na Câmara da Brava, tornadas públicas, no ano passado, pelo vereador e então dirigente tambarina, Moisés Santiago.

ADP

Sexta-feira, 08 de Dezembro de 2006 **7ª** semana

Agenda Política

Uma firma eficiente para lhe servir

\* Importação e comercialização de veículos novos Toyota, Ford e Daihatsu e venda de veículos usados de todas as marcas, peças e acessórios, com entrega imediata. Oficina especializada em todas as marcas.

Sede: Oficina 3ª Etapa Moderna (Rota para Ave. Manuel de Albuquerque - CP - 126 - Tel.: 25-9664 - Fax: 25-9708 - Loja: Rua Fátima Ferreira - 49 - T.L.: 2515152-0315236/9986902 - Fax.: 25274778 - Vicente - Cabo Verde - Email: sandimoderno@evite.com.cv



## Turistas assaltados no Sal

O mês de Novembro ficou marcado por alguns assaltos a turistas estrangeiros na ilha do Sal, uma situação que parece estar a aumentar nos últimos tempos, a julgar pelos últimos acontecimentos. Pelo menos quatro casos aconteceram ultimamente, com turistas a serem atacados por gatunos nas zonas do Monte Leão, Fontona, Buracona e arredores da Terra Boa. Num dos casos houve agressão e a vítima, severamente espancada, teve de ser internada com marcas profundas no corpo. Apesar de tudo, a polícia considera que não há motivo para alarme, pois estas zonas andam a ser patrulhadas.

O último caso aconteceu no dia 28 de Novembro quando dois alemães, um deles a viver há algum tempo na Calheta de São Miguel, Santiago, faziam uma caminhada turística pelo norte da ilha onde ficam a Terra Boa, a costa da Fiura, Monte Grande, etc, zona bastante apreciada pelos turistas. Os dois homens estavam próximos do prisco que fica entre o Bairro África 70 e o Monte Grande, em direcção a Pedra de Lume, quando foram "surpreendidos" por um homem que descreveram como um sujeito de altura média, mais ou menos, 1,70m, barba rasa, e que vestia uma camisa azul com inscrições vermelhas e calças pretas.

O nosso entrevistado, um alemão de 67 anos que prefere não ser identificado, recorda que estavam sentados a descansar quando viram chegar o indivíduo com um ferro e uma faca em cada mão. Depois de lhes pedir água, o ladrão ameaçou-os com o ferro, ordenando-lhes que lhe dessem os telemóveis. Assustado, o entrevistado tirou o telemóvel e aconselhou calma ao gatuno. Ele então arremessou o telemóvel para perto do ladrão que se agachou

para o pegar, repetindo-se o mesmo com o outro alemão.

Só que o assaltante queria também a mochila que o segundo alemão de 68 anos carregava e quando este se negou a entregar a mochila, o ladrão partiu para cima dele com o ferro. "Felizmente não pegou o meu amigo na cabeça, porque senão ele teria morrido", conta o entrevistado. Embora assustado, o idoso continuou a resistir, pelo que o gatuno atingiu-o com vários golpes: uma facada numa mão, duas pedradas no ombro e no queixo, e duas pancadas com o ferro na perna. O alemão, que ficou seriamente ferido ainda chegou a revidar com uma pedrada num dos ombros do gatuno.

O ladrão só se afastou quando conseguiu levar a mochila. As vítimas ainda tentaram seguir-lhe o rastro, enquanto o viam afastar-se no horizonte. Os dois idosos demoraram algum tempo para chegar à localidade mais próxima e de onde conseguiram ligar à polícia a partir da casa de uma senhora que os socorreu. "A polícia demorou 20 minutos para chegar lá e enquanto isso víamos o ladrão se afastar!", queixa-se o nosso entrevistado, que felizmente não sofreu grandes sequelas, além do susto. Já o colega não pode dizer o mesmo e teve mesmo que receber atendimento médico e ficar sob observação, segundo conta.

Apesar das dores e das marcas, o ferido passa bem agora, mas as marcas psicológicas certamente serão mais difíceis de sarar. "O Sal está a ficar um lugar perigoso. Nós gostamos de vir cá e estar em contacto com a natureza, há lugares muito bonitos aqui, mas já não podemos andar nestes lugares sem estarmos acompanhados", afirma o homem de 67 anos que tem uma residência em Calheta de São

Miguel, Santiago. O mesmo conta que já foi assaltado duas vezes em Santiago, mas nunca tinha passado por uma situação idêntica à do Sal "Podíamos ter morrido!", completa.

Este é apenas um dos casos do último mês de Novembro que registou ainda mais três ou quatro assaltos a turistas. Um deles aconteceu na Fontona e a vítima foi um ex-policia inglês. Em outro, que aconteceu uma semana antes do assalto aos dois alemães, mais dois homens e uma mulher alemães foram assaltados, também nos arredores da Terra Boa por um indivíduo com as mesmas características do agressor antes referido. Essas três vítimas não chegaram a sofrer qualquer agressão física, mas foram obrigados a ficar em roupa interior, já que o assaltante lhes levou, inclusive as roupas que traziam vestidas.

Apesar de a Polícia já ter identificado os possíveis suspeitos ainda não foi possível comprovar a identidade do ladrão. Entretanto, a polícia recusa-se a aceitar que estejam a aumentar os casos de assaltos a turistas. Não adianta dados estatísticos, pois ainda estão a fechar o relatório deste ano que será enviado à Direcção da Polícia Nacional, entidade a quem compete autorizar a sua divulgação. De acordo com o Comandante Regional da POP, José João de Pina, a quadra festiva que aí vem favorece a ocorrência de assaltos e outros crimes. Mas, informa, a Polícia está desde o início de Dezembro a efectuar patrulhas regulares às zonas mais visitadas pelos turistas. Quanto à queixa do alemão sobre a demora na resposta da POP ao seu chamado, José de Pina considera 20 minutos um tempo que está, ainda, dentro do considerado normal para a deslocação da polícia de um local para o outro.

KS

## PJ aperta cerco ao narcotráfico nos aeroportos

A Polícia Judiciária está a apertar cada vez mais o cerco ao tráfico de estupefacientes, por via aérea, que em curva ascendente coloca Cabo Verde como uma rota a ter em conta no tráfico de droga nos aeroportos do país. Só no passado fim-de-semana, a PJ apreendeu cerca de oito quilos de cocaína nos aeroportos do Sal e de São Vicente.

Na sexta-feira, a PJ apreendeu no Aeroporto do Sal mais de três quilos de cocaína com elevado grau de pureza. A droga, proveniente do Brasil, pertencia a quatro mulheres, passageiras de um voo vindo de Fortaleza. As quatro suspeitas, com idades entre os 22 e os 42 anos e naturais da ilha de Santiago, foram detidas horas mais tarde - duas delas foram apanhadas ainda na ilha do Sal e as outras duas em Assomada.

O Tribunal Judicial da Comarca do Sal legalizou a prisão preventiva de duas suspeitas, enquanto as restantes ficam a aguardar julgamento em liberdade provisória, mediante termo de identidade e residência. Para esta operação, a PJ do Sal contou com a colaboração da Secção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes da Praia e do Comando da Polícia Nacional, em Santa Catarina. O Comando da Guarda Fiscal do Sal e a Direcção da Alfândega de Espargos também desempenharam um papel importante na apreensão da droga.

Também na sexta-feira, a PJ deteve em flagrante delito, no aeroporto de São Vicente, um homem de 36 anos que tinha em sua posse arca de quatro quilos de cocaína. O susposto traficante, natural da Nigéria e de

nacionalidade sul-africana, chegou ao Mindelo num voo da Praia, onde horas antes desembarcara de um voo vindo de Fortaleza.

Segundo a PJ, a droga, também proveniente do Brasil, estava dividida em 152 pequenos sacos de plástico e encontrava-se dissimulada em vários relógios de cabeceira. O estrangeiro encontra-se preso na Cadeia de São Vicente, em regime de prisão preventiva. Mais pessoas estão sendo investigadas, como suspeitas de estarem envolvidos na operação. A PJ quer ainda saber quem são os destinatários da droga.

O Brasil, segundo uma fonte da PJ, encontra-se, actualmente, no ranking dos países fornecedores de droga. "Mais de 30 quilos de cocaína, vindos de Fortaleza, já foram apreendidos nestes três meses", informa a nossa fonte. Depois do Brasil, estão o Senegal e a Holanda, onde "há pouco controlo nos aeroportos, acreditando que Cabo Verde ainda não faz parte da rota do tráfico".

Contudo, avança essa fonte, Cabo Verde tornou-se nos últimos anos, um dos principais pontos da escala do narcotráfico com destino à Europa. Daí a "nossa preocupação com esse tipo de crime. Refira-se que decorre na Praia, um curso na área da investigação de tráfico de estupefacientes por via marítima e aérea, que visa capacitar e melhorar o nível de conhecimento dos agentes policiais e ainda aumentar os níveis de eficiência em matéria de combate à droga, através de adopção de técnicas modernas de investigação.

SF

Incidente na POP de Eugénio Lima

## Advogada julgada na Praia

A advogada Maria Antónia foi detida durante catorze horas numa cela policial e levada a julgamento na passada terça-feira, acusada de um alegado acto de injúria a um agente da Polícia Nacional. A sessão de audiência, realizada no Tribunal da Praia, foi acompanhada por um grupo de juristas, que trajaram togas em sinal de pretexto pela detenção de uma colega de profissão. Segundo Paulo Brito, advogado e colega de Maria Antónia, é muito provável que a próxima sessão do julgamento, que continua na segunda-feira, venha a mobilizar mais de vinte advogados, "como prova de união da classe".

Para Maria Antónia, a sua detenção foi "abusiva e ilegal". A advogada alega que foi chamada a prestar patrocínio jurídico a um assistente, detido na sequência de um caso relacionado com a compra de uma pistola supostamente roubada no carro de um agente da PN. Porém, garante a causídica, em nenhum momento conseguiu acompanhar as declarações do seu assistente, como seria previsível. A jurista, segundo explica, tentou por algumas vezes um contacto com o seu cliente e foi sempre impedida por um Subchefe da PN, que estava a colher as declarações do suspeito. Este impedimento provocou uma certa críspação entre a advogada e o Subchefe da PN. A dado momento, a jurista terá sido ameaçada de detenção, o que acabou por acontecer. O processo foi encaminhado para a Procuradoria e, apesar de não ter sido ouvida previamente por um juiz, Maria Antónia recebeu como medida de coacção o Termo de Identidade e Residência, foi constituída arguida e levada a julgamento.

Tudo indica que a advogada não estava munida de uma Procuração e que o impedimento de contacto com o assistente foi suportado nesse por menor. Todavia, este aspecto não foi esclarecido pela Polícia Nacional, que preferiu aguardar o desfecho do julgamento para depois pronunciar-se sobre o sucedido, o que deve acontecer ao longo da próxima semana. Na primeira sessão de julgamento foram ouvidas duas testemunhas apresentadas pela PN e na próxima irão depor cinco testemunhas indicadas pela defesa.

KzB

## RECTIFICAÇÃO

Ao contrário do que consta no artigo "Professor preso por falsificação de documentos", na edição de 1 de Dezembro de A Semana, o professor a que nos referimos não trabalha no Liceu de São Domingos. Rectificamos, assim a notícia, dizendo que o detido lecciona no ensino básico, na Escola de Fontes, concelho de São Domingos. Aos eventuais prejudicados, as nossas sinceras desculpas pelo lapso.



ALIENAÇÃO DA MORADIA SOCIAL GERA CONTROVÉRSIA NO PAUL

## Inquilina denuncia chantagem da CM

A Câmara Municipal de Paul está sendo alvo de fortes críticas. Tudo por causa da forma como tem conduzido o processo para a alienação de uma pequena moradia económica, de 40 m<sup>2</sup> e cinco pequenos compartimentos, que fica na localidade de Paul de Baixo. A controvérsia começou quando, segundo fontes deste jornal, o executivo local anunciou que ou ia vender esta residência à inquilina Antónia Fermina Dias ou colocá-la em concurso público, por um preço de 500 contos.

Logo que soube do valor da casa onde vive a mãe, uma das filhas de Dias, que reside no estrangeiro, contactou a edilidade para manifestar o seu interesse no negócio, mas propondo, em contrapartida, que o prédio fosse reavaliado com a sua participação. O pedido foi rejeitado pela edilidade, que fundamentou que o preço fixado não estava em discussão.

Adelino Sousa, um dos parentes da arrendatária, conta, entretanto, que a partir de então “*tem sido o Deus nos acuda*”. É que diante desse impasse, o edifício em causa foi levado a concurso público, em Dezembro de 2004, a um custo de 488.000\$00. A inquilina, que já tinha movido uma acção cautelar na sequência de tal processo, não participou nele. E Benvinda Rodrigues saiu vencedora deste concurso, conforme a abertura das propostas feitas pela própria Câmara em 17 de Março de 2005, ao concorrer com um valor monetário de mil contos.

Face a esses resultados, o governo municipal, através da nota nº 601 de 7 de Setembro de 2005, deu à Antónia Fermina o ultimato seguinte... “*Tendo apurado como vencedora a proposta apresentada pela Sra. Benvinda Rodrigues, no valor de 1000.000\$00; E após algum tempo de suspensão do processo de venda pública, para aconselhamento e ponderação, apesar da vossa perda judicial; A Câmara deliberou, na sua sessão de 5 de Setembro de 2005: 1) Adjudicar a Moradia, de que a Sra. é arrendatária, à Sra. Benvinda Rodrigues, pelo valor de 1000.000\$00, que venceu contra a outra proposta de 530.000\$00; 2) Comunicar à Sra. Antónia Fermina Dias essa decisão, para os devidos efeitos legais e obrigacionais; 3) Comunicar-lhe que já foi depositado esse preço e celebrado o contrato de compra e venda com a adquirente Benvinda Rodrigues que, doravante, é proprietária dessa morada; Agradecer que tome as providências adequadas para entregar essa moradia aos novos donos,*

*dentro de 30 dias, a não ser que a nova proprietária lhe conceda prazo maior ou decida celebrar consigo novo contrato de arrendamento, em condições que poderão ser discutidas entre vós*”.

### Câmara e informações falsas

Abordada por este jornal, Benvinda confirma ter participado e ganho o mencionado concurso, mas nega ter depositado mil contos a favor da Câmara e também não fez a escritura pública da propriedade em seu nome, como pretende fazer crer a nota da Câmara acima indicada. “*Desisti do concurso, porque a secretária municipal não me disse mais nada e os quartos do prédio não reúnem as condições que eu esperava ali encontrar*”, remata Rodrigues, que é professora de profissão.

Face a esta situação, a secretária municipal voltou à carga, informando, através da nota nº 486 de 4 de Setembro de 2006, que Benvinda teria desistido do negócio e que a Câmara deliberou uma nova proposta de venda do aludido imóvel. “*Decorrido muito tempo, esta Câmara Municipal, reunida em sessão ordinária no dia 16 de Agosto findo, constatou o esvaziamento do concurso, deliberou: 1) Continuar e intensificar esforços no sentido de alienar essa moradia, por venda directa ou por concurso público; 2) Apesar de tudo, e extraordinariamente, conceder à Sra. Antónia Fermina Dias (não a mais ninguém) nova oportunidade para adquirir essa moradia, querendo realmente fazê-lo; 3) Comunicar-lhe que o preço de venda bonificado foi actualizado para 550.000\$00, tendo em conta o tempo decorrido, a actualização monetária e os gastos monetários, judiciais e administrativos feitos*”, precisa a nota, que deu à inquilina um prazo de 8 dias para manifestar, por escrito, a sua concordância com o novo preço fixado e depositar, como sinal do negócio, pelo menos 55.000\$00 a favor da Câmara.

Antónia Fermina, que continua a residir no mesmo fogo e a pagar religiosamente a sua renda, também não aderiu a esta última proposta da edilidade paulense. A equipa de Américo Silva lançou, por isso, um novo concurso, em Novembro deste ano, para a alienação da mesma moradia, cuja abertura das propostas devia acontecer às 11 horas do dia 5 de Dezembro.

Perante esse quadro, Adelino Sousa

admite haver a intenção deliberada da Câmara ou de alguns dos seus membros em prejudicar e perseguir Antónia Fermina, talvez por esta ser a mãe de Zélia Marcelina Dias do Rosário, já falecida e que foi um dos adversários, no anterior mandato, do actual presidente da Câmara de Paul. “*Trata-se de uma perseguição, porque sempre que lhe dá na gana a Câmara notifica a Antónia Fermina Dias, para proceder à compra da dita moradia. É uma chantagem, porque a Câmara comunica que vendeu o edifício por mil contos, recebeu esse montante e fez a escritura do prédio, tempos depois dá o dito por não dito*”.

Hélder Santos, que falou em nome do edil Américo Silva – em missão de serviço em Portugal –, refuta a má fé imputada à Câmara no tratamento desse dossier, que, segundo ele, se arrasta desde o anterior mandato. O vereador acrescenta que os familiares da inquilina perderam uma acção judicial que moveram contra o concurso para a venda pública do mencionado património municipal, porque o executivo camarário provou junto do tribunal, que sempre respeitou, como diz a lei, o direito de preferência de Fermina Dias na aquisição daquele imóvel.

“*Não houve perseguição alguma, porque somos pessoas de bem. Se a Câmara tivesse aceiteado a proposta de 300.000\$00 apresentada pela inquilina para a compra dessa moradia social de Paul de Baixo, os familiares de Antónia Fermina não estariam agora a dizer que somos adversários políticos deles*”, contra-ataca o presidente substituto da Câmara do Paul.

Santos fundamenta que o executivo não aceitou alterar o preço de venda da residência em causa, porque ela foi avaliada por uma comissão técnica independente criada para o efeito, juntamente com várias outras moradias sociais ocupadas por polícias e funcionários, na vila das Pombas.

Hélder Lopes teve, no entanto, dificuldades em esclarecer as informações que a secretária municipal prestou sobre a vencedora do concurso e um alegado depósito de mil contos na conta do Município, bem como sobre a escritura da propriedade em nome dela. Ainda assim, o vereador justifica que toda essa “*trapalhada*” se deve à desistência de Benvinda Rodrigues na compra dessa casa e à suspensão do concurso, na sequência da acção judicial movida por familiares da inquilina contra o Município do Paul.

Alirio Dias de Pina

## Desempregado acusa sindicato de ignorar seu processo

Demitido pela anterior gestão da Câmara Municipal de São Vicente, então a cargo de João José Faria, alegadamente por justa causa, António João Fonseca acusa os Sindicatos Livres (CCSL) de ignorarem o seu processo e alinharem com os políticos. É que, depois de esperar mais de um ano para ver o seu processo resolvido por um advogado, nunca mais se falou no seu processo.

António João Fonseca conta que trabalhou durante sete anos como guarda no Estádio da Fontinha, em São Vicente. Foi, depois, transferido para o Polivalente Evandro de Matos, que entretanto iria a concurso e ficaria sob a tutela de um privado. “*Foi então que recebi uma carta de demissão por justa causa. Contestei a desculpa de que faltava demasiado ao trabalho, porque sempre recebi o meu salário intacto e, como estava inscrito nos Sindicatos Livres, accionei esse sindicato para ver se conseguiam-me ajudar*”, conta.

Lá, segundo revela este desempregado, disseram-lhe que iria precisar de um advogado e que havia possibilidade de receber, pelo menos, uma indemnização. “*Confiante, fui para casa. Mas, para a minha decepção, nunca fui chamado sequer para falar com o tal advogado. Penso que o processo está parado porque não há um interesse real do sindicato em resolver os problemas dos trabalhadores*”, desabafa António João Fonseca, para quem está claro que hoje aos sindicatos interessa mais fazer política.

Aliás, por causa “*desse silêncio ensurdecedor da CCSL*”, prossegue, António João Fonseca escreveu duas cartas detalhadas ao primeiro-ministro expondo o seu problema. Infelizmente, afirma, nunca recebeu qualquer resposta. “*Estou há quatro anos a aguardar o desfecho deste processo para retomar a minha vida. Enquanto isso, tenho filhos na escola à espera de respostas, que não posso dar porque estou desempregado*”.

Confrontado por **A Semana**, o responsável da CCSL em São Vicente, não conseguiu identificar o processo de António João Fonseca. António Lima garante, no entanto, que não faz sentido que, sendo sócio do sindicato, ele tenha sido enviado para falar com um advogado. “*Normalmente, é o sindicato que trata tudo com os advogados. Se ele não é sócio, o sindicato pode tê-lo aconselhado a procurar ajuda jurídica*”.

CP